

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Thiago Mariano Aventura¹
Fernando Pires Vieira²
Acácio S. Karamoto Filho³
Gislene M.A. Guimarães⁴
Tania Regina Vieira⁵

RESUMO: Este trabalho visa apresentar a experiência de uma associação de agricultores familiares da região de Rio Verde, GO, considerado o expoente do agronegócio nacional. Com produção, produtividade e preços favoráveis à competitividade no mercado, a monocultura de grãos, como milho, sorgo e, principalmente, soja, tornou-se predominante na região. O uso da motomecanização nesses cultivares exige uma escala de produção mínima impeditiva para os pequenos produtores, obrigando muitos a vender suas propriedades ou a formarem associações e renderem-se à implantação desse modo de produção. Com base em investigação realizada, pode-se afirmar que a tendência a monoculturas vem crescendo entre os agricultores familiares de Rio Verde. Isto é devido ao fato de que essa atividade propicia a comercialização dos produtos e o retorno de capital mais rápido. Contudo, essa tendência pode levar à descaracterização desses agricultores, responsáveis pela produção de alimentos de subsistência, além de ser uma ameaça à segurança alimentar. Ademais, há ainda o risco de esses agricultores ficarem à mercê das variações de mercado e dependentes de uma única fonte de renda. Para que isso não ocorra, é preciso a diversificação da produção, o que é o caso de uma das associações pesquisadas. Nela, os associados cultivam milho e soja e produzem leite, queijo e doces, que são vendidos para a CONAB para serem distribuídos para entidades filantrópicas do município. A associação produz também hortifrutigranjeiros e parte da produção é vendida para a merenda escolar, no âmbito do PNAE. Isso, além de possibilitar uma alimentação saudável aos estudantes, contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, da economia local e para o desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Políticas Públicas; Diversificação rural; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT: This paper presents the experience of an association of farmers in the region of Rio Verde, GO, considered the exponent of agribusiness. With production, productivity and favorable competitive prices in the market, the monoculture of grains such as corn, sorghum, and especially soybeans has become predominant in the region. The use of mechanization in these cultivars requires a minimum scale of impeditive production for small producers, forcing many to sell their properties or to form associations and surrender to the implementation of that method. Based on investigation, it can be stated that there is an

¹ Acadêmico do curso de Tecnologias em Agronegócio, Programa de Iniciação Científica, Instituto Federal Goiano, Rio Verde, GO. thiagomariano87@yahoo.com.br.

² Acadêmico do curso de Tecnologias em Agronegócio, Programa de Iniciação Científica, Instituto Federal Goiano, Rio Verde, GO. fpiresvieira@gmail.com.

³ Acadêmico do curso de Tecnologias em Agronegócio, Programa de Iniciação Científica, Instituto Federal Goiano, Rio Verde, GO. acacio.karamoto@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências Ambientais, Grupo de pesquisa Espaço Ambiental, UFG/ CNPq. gisleneavelar@brturbo.com.br.

⁵ Professora doutora, Área de Educação do Instituto Federal Goiano, Rio Verde, GO. taniavieira.ifg@gmail.com.

increasing tendency to monoculture among farmers of Rio Verde. This is due to the fact that this activity promotes the marketing of products and a faster return on equity. However, this trend may lead to adulteration of these farmers responsible for subsistence food production, besides being a threat to food security. Moreover, there is the risk that these farmers be at the mercy of changing market and dependent on only one source of income. To avoid this, it is necessary to diversify the production, which is the case of one of the associations surveyed. In it, members grow corn and soybeans and produce milk, cheese and sweets, which are sold to CONAB to be distributed to charities in the city. The association also produces horticulture and part of production is sold for school lunches, as part of the PNAE. This fact, in addition to providing a healthy food to students, contributes to the strengthening of family farming, to the local economy and to regional development.

KEYWORDS: Family farming; Public policies; Rural diversification; Rural development.

1 INTRODUÇÃO

Com a modernização da agricultura e os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, houve um significativo avanço na agricultura brasileira em nível de produção e produtividade. Com isso, o agronegócio brasileiro se desenvolveu, sobressaindo-se no cenário mundial. Nesse contexto, a região de Rio Verde, GO destaca-se na economia do país pela produção de grãos em escala. Voltada principalmente para o cultivo de soja, milho e sorgo, esta produção é destinada, na maioria das vezes, à exportação, ficando o mercado interno e a produção de alimentos básicos em segundo plano.

Essa tendência à monocultura, devido aos preços mais favoráveis e de um retorno de capital mais rápido, resultou em uma grande concentração de renda e dependência de insumos de fertilizantes e sementes que deixou o produtor a mercê dos royalties e dos preços estabelecidos pelo mercado. Além disso, a falta de incentivo do governo em assegurar sua produção, desmotiva os pequenos produtores a produzirem os alimentos de subsistência, fazendo com que optem pela monocultura e fiquem subordinados a uma única fonte de renda e vulneráveis às variações de mercado. Muitos membros das famílias optam por abandonarem suas terras em busca de melhorias nas cidades. Com isso, ocorre a substituição do sistema de produção de base familiar pela monocultura mecanizada, descaracterizando, assim, a agricultura familiar, principal produtora de nossa alimentação básica.

Esta perda do poder de produção dos pequenos agricultores, segundo Sachs (2007), pode afetar a segurança alimentar em diversos fatores. Por isso, são necessárias medidas que privilegiem o pequeno produtor, transformando-o em um empreendedor rural e fortalecendo-o para que possa escolher seu caminho no empreendedorismo coletivo e não individual. Nesse sentido, a comercialização dos produtos e a gestão dos negócios agrícolas

são essenciais para criar condições para que os agricultores permaneçam em suas pequenas propriedades agrícolas.

Para enfrentar os riscos, estes agricultores têm se organizado em associações e cooperativas, buscando alternativas para a crise financeira. Este trabalho visa apresentar a experiência de uma associação de agricultores familiares da região de Rio Verde, GO, que encontrou na diversificação da produção e no apoio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a forma de superar as dificuldades e retomar o desenvolvimento econômico.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa que faz parte de um projeto que visa produzir conhecimentos sobre os agricultores familiares da região de Rio Verde-GO. Primeiramente, foi feita uma revisão da literatura sobre os conceitos de agricultura familiar e deste modo de produção na região de Rio Verde-GO, além das tecnologias e das políticas públicas que têm permitido sua inserção no mercado. Em seguida, apresenta-se a experiência de uma associação de agricultores familiares que se destacou pela diversificação e transformação da produção para agregar valores aos produtos e aumentar sua renda em oposição à tendência à monocultura que envolve a região. A coleta de dados foi realizada por meio de observação e entrevista semiestruturada com o presidente da associação e visita às propriedades do assentamento para identificar as principais tecnologias utilizadas e as formas de participação política e social dos sujeitos pesquisados. A entrevista foi transcrita e os dados analisados à luz do referencial teórico.

3 AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 CONCEITOS

A agricultura brasileira se divide em dois grupos, os grandes produtores, também chamados de patronais, que tiveram acesso às políticas voltadas para o fortalecimento do setor, e os pequenos produtores, comumente denominados de agricultores familiares. As políticas de subsídio e preço mínimo criadas na tentativa de fortalecer e remediar o problema da agricultura favoreceram apenas uma minoria de produtores, gerando um grande problema social e a dicotomização da agricultura brasileira (PERES, 2009).

Essa dicotomia é marcada pela adoção de tecnologias, área trabalhada, renda e políticas públicas. De um lado, encontram-se estabelecimentos rurais com tecnologias altamente avançadas como maquinários, sementes geneticamente melhoradas, sistema de gestão eficiente e mão-de-obra qualificada. No outro lado, depara-se com propriedades com mão-de-obra sem muita especialização, sem nenhuma gestão de planejamento e uma tecnologia arcaica com técnicas rudimentares (SOUZA FILHO et al, 2004).

As dificuldades dos agricultores familiares em ter acesso às tecnologias devido à falta de apoio por parte do governo que favorecia apenas a agricultura patronal com políticas públicas pode ser constatada no Censo Agropecuário 1995/96.

Segundo Altafin (2007), o termo “agricultura familiar” não é novo, mas vem ganhando grande importância no cenário nacional e mundial devido às políticas governamentais e movimentos sociais que buscam sua consolidação. De acordo com a lei 11.326 de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar é definida com base em quatro critérios: que o produtor não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Já na definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar deve atender a três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1994).

Bianchini (2006) apresenta uma definição de agricultura familiar com base em quatro critérios estabelecidos pelo Pronaf: a) predomínio da mão de obra familiar; b) área até 4 módulos fiscais. Embora não seja correto definir agricultura familiar por limite de área, o estudo FAO-INCRA aponta que 87% dos estabelecimentos familiares estão em área inferior a 50 ha. O inverso acontece com a agricultura patronal onde 63% dos estabelecimentos possuem mais de 50 ha. No entanto, a política atual reconhece que o limite de área tem que considerar os sistemas de produção praticados. No plano de safra 2004/2005 o limite já era de até 6 módulos fiscais para sistemas onde predominam a produção pecuária; c) Residência no estabelecimento ou em aglomerado próximo; d) a renda agrícola e não agrícola deve ser

gerada predominantemente de atividades no estabelecimento. O crédito no Pronaf estabelece limites de volume de recursos, taxas de juros e descontos de pagamento sobre o principal considerando as condições de cada grupo de produtor, em particular a renda.

Bianchini (2006) demonstra a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural com dados mostram que dos 4.859.864 estabelecimentos rurais do país, 4.139.369 estabelecimentos, ou seja, 85,5% se enquadram como familiares. Constatou ainda que a renda média por estabelecimento familiar é de R\$ 2.717,00/ano, muito inferior à da patronal que chega a R\$ 19.085,00/ano. Identificou também que 50% dos estabelecimentos familiares do país se localizam na região nordeste, segundo o censo agropecuário 1995/96.

De um modo geral, a agricultura familiar é aquela que tem como característica a família que vive em uma propriedade rural de no máximo 4 módulos fiscais, que é responsável pela administração ao mesmo tempo em que é a mão-de-obra do empreendimento, podendo ter alguns poucos funcionários sem laços de sangue, e com uma produção basicamente para subsistência.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE RIO VERDE-GO

O estado de Goiás era considerado atrasado, mas com a expansão de fronteiras, sobretudo com a marcha para o oeste proposta por Getúlio Vargas na década de 30, Goiás iniciou seu crescimento econômico tendo como atividade a mineração. Este fato gerou uma ocupação descontrolada de mineiros e paulistas no estado.

De acordo com Guimarães (2010), em Goiás e principalmente na região de Rio Verde, as terras eram improdutivas, o que as tornavam sem valor comercial. Na década de 70, com a Revolução Verde e a chegada de agricultores portadores de tecnologias, os solos da região, antes improdutivos, tornaram-se terras muito férteis. Na época, 95% das terras eram destinadas às atividades agrícolas. Nesse processo de melhoramento do solo, os paulistas foram os que mais contribuíram, por possuírem a tecnologia mais avançada. A autora esclarece ainda que outro fato de grande importância para o crescimento da região, principalmente no setor agrícola, segundo Guimarães (2010), foram as políticas públicas voltadas para a reestruturação da agricultura e, mais especificamente, as políticas para a ocupação do cerrado. O incentivo financeiro do estado, aliado aos preços baixíssimos das terras, proporcionou o surgimento dos famosos latifundiários, com isso, evidenciando a dicotomia da agricultura na região de Rio Verde.

O agronegócio é responsável por grande parte da geração de riqueza do Estado. A microrregião Sudoeste de Goiás, onde está situado o município de Rio Verde, foi particularmente beneficiada pelas políticas públicas estatais. Essas políticas aliadas aos interesses dos produtores locais conduziram à agroindustrialização e ao desenvolvimento do agronegócio, gerando um grande crescimento econômico que levou Rio Verde a se destacar no cenário estadual e nacional.

Guimarães (2010) mostra que Rio Verde se tornou expoente do agronegócio goiano por se destacar na produção de óleo vegetal, rações, farinhas, farelo e produtos processados de aves e suínos. Os indicadores colocam Rio Verde como um dos maiores exportadores de soja, milho e carne de Goiás. Quem teve um papel muito importante no agronegócio de Rio Verde foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desenvolveu tecnologias para a adaptação da cultura da soja. Hoje Rio Verde é o maior produtor de soja do estado com 580 produtores, produzindo em média 826.800 toneladas, com um rendimento de 3.120 kg por hectare em uma área de 265.000 ha (IBGE/EMATER, 2012).

Outro agente importantíssimo para Rio Verde chegar a essa liderança foi a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO). Surgiu em 1982, com a implantação do complexo agroindustrial de esmagamento e processamento de soja. Isto impulsionou a produção da soja, dando início o desenvolvimento do agronegócio de Rio Verde.

O município também é líder na produção de sorgo e está na vice-liderança da produção de milho. Na pecuária, Rio Verde também é referência sendo líder na produção de aves e ocupa o terceiro lugar na produção de suínos no estado de acordo com Guimarães (2010). A tabela 2 apresenta os principais produtos e os indicadores da região de Rio Verde.

Tabela 1: Numero de produtores, área/rebanho, produção e rendimento das principais explorações do município.

Culturas e Criações	Nº de Produtores	Área/ Rebanho		Produção		Rendimento	
		Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade
Arroz sequeiro	400	ha	800	t	2.400	Kg/ha	3.000
Feijão	25	ha	4800	t	11.040	Kg/ha	2.300
Feijão Irrigado	12	ha	1.600	t	2.690	Kg/ha	1.681
Milho	520	ha	128.500	t	873.800	Kg/ha	6.800
Algodão	9	ha	5.380	t	20.175	Kg/ha	3.750

Soja	580	ha	265.000	t	826.800	Kg/ha	3.120
Melancia	20	ha	100	t	4.200	Kg/ha	42.000
Bovinos de corte	1.500	cabeças	220.800	Cab. comercializada	55.200	Ind. com. (%)	25
Bovinos de leite	1000	cabeças	159.200	1000 l. leite	77.500	l/vaca/ano	6
Suínos banha	89	cabeças	150.700	Cab. comercializada	135.630	Ind. com. (%)	90
Suínos carne	800	cabeças	1.356.300	Cab. comercializada	1.220.670	Ind. com. (%)	90
Avicultura	942	cabeças	21.926.000	Cab. comercializada	21.926.00	Ind. com. (%)	100
Piscicultura	200	m2	400.00	kg carne	600.000	kg carne/m2	1,5

Fonte: IBGE/ EMATER/SEC.MUNICIPAL AGRICULTURA/AGRODEFESA (2012).

A pecuária Rio Verdense foi alavancada principalmente com a chegada da Perdigão, hoje Brasil Foods, no final dos anos 90. Como uma grande empresa precisa de outras para seu suprimento de insumos, muitas outras empresas se instalaram em Rio Verde surgindo, assim, as cadeias produtivas agroindustriais.

A estrutura fundiária de Rio Verde se encontra com 3.040 propriedades rurais, onde 2.044 são proprietários do estabelecimento, 442 são arrendatários, 79 são parceiros, 125 posseiros e 430 assentados (Tabela 3).

Tabela 2: Situação fundiária do município

Discriminação	Numero	%
Proprietário	2.044	65,50
Arrendatário	442	14,10
Parceiro	79	2,53
Posseiro	125	4,09
Assentado	430	13,78
Total	3.120	100%

Fonte: EMATER/IBGE

Hoje 1.308, ou seja, 43% dos produtores da região de Rio Verde estão ativamente cadastrados na secretaria da agricultura familiar e se classificam como agricultores familiares. A tabela 3 mostra a estrutura fundiária de Rio Verde de acordo com a área de produção.

Tabela 3: Estrutura fundiária

Estrutura	Nº Proprietários
De 0 a 15 ha	497
De 15 a 50 ha	828
De 50 a 100 ha	247
De 100 a 200 ha	768
De 200 a 500 ha	223
De 500 a 1000 ha	383
> De 1000 ha	94
Total	3040

Fonte: Emater/IBGE

Há uma variação nos resultados da totalidade de propriedades, pelo fato que alguns proprietários possuem mais de um estabelecimento rural.

A união da população de agricultores familiares é importante para que o resultado final na comercialização de seus produtos seja mais bem remunerado. Em Rio Verde hoje existem 18 associações de produtores familiares, muitos derivados do movimento dos sem terra (MST). Há por volta de 525 associados com destaque na atividade leiteira. A tabela 4 apresenta as organizações associativas de Rio Verde.

Tabela 4: Organizações associativas, número de sócios no ano de 2011

Discriminação	Número	Nº de Sócios
Cooperativas existentes	4	4.820
Sindicatos de empregado existentes	6	18.250
Sindicatos de empregador existentes	4	3.520
Grupos de mulheres	4	80
Associações rurais	18	525
Grupos e clube de jovens	3	60
Grupos de produtores	2	60
Conselho Mun. De desenvolvimento Rural	1	34
Outros Conselhos	12	135

Fonte: EMATER/ SEC. MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Com relação ao serviço de assistência técnica, o município conta com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que realiza um trabalho de levar tecnologia e elevar a qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores familiares. A EMATER de Rio Verde atende por volta de 650 agricultores familiares com um quadro de seis técnicos atuantes neste serviço de assistência. A tabela 5 apresenta outras organizações que também realizam o serviço de assistência técnica e extensão rural em Rio Verde.

Tabela 5: Assistência técnica aos agricultores

Instituições	Nº de Técnicos
EMATER-GO	6
Firmas de Planejamento	45
Indústrias Integradoras	30
Cooperativas	45
Assistência Técnica por Laticínios	8
Assistência Técnica Municipal	6
Outros Programas de Assistência Técnica	2

Fonte: EMATER

De fato, Rio Verde dentro dos seguimentos do agronegócio se tornou reconhecido no Brasil pelas competências e resultados expressivos neste setor. No seguimento antes da porteira, Rio Verde é um município de grande importância na produção de grãos, aves, suínos e bovinos dentro do contexto do estado e do país. Os insumos de produção agrícolas na sua grande maioria são importados. Na pecuária o município conta com fábricas de rações, suplementos minerais e um mercado de animais consolidado.

Dentro da porteira, Rio Verde ainda sofre com alguns problemas tais como a baixa infraestrutura logística de transporte nas estradas vicinais para escoamento da produção, a pouca capacidade de armazenamento em nível de fazenda ou de comunidades rurais, práticas insustentáveis em relação à conservação do solo, a falta de assistência técnica assídua aos produtores, principalmente aos da agricultura familiar, e a falta de organização rural em formar cooperativas, associações, aliada ao amadorismo administrativo das que já existem.

Depois da porteira o município é um grande produtor de grãos, mas devido à baixa capacidade de armazenamento em nível de fazenda, a maioria dos produtores, principalmente os familiares têm percas na comercialização. Conta com infraestrutura de

armazenamento ultrapassada, mas funcional. Grande parte da produção é comercializada a granel, sendo distribuída via rodovias até o porto. Boa parte da produção é esmagada pela COMIGO e Cargill e transformados em farelos e óleos. A maior parte da produção de milho e sorgo é absorvida para ração através da Brasil Foods e outras empresas do setor. Entretanto, apesar dessas dificuldades, as projeções indicam que o processo de crescimento econômico só tende a crescer.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir dos anos 90, o panorama sombrio que assombrava os pequenos agricultores começou a mudar. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que favorecem a agricultura familiar e sua inserção no processo de comercialização trouxe nova esperança para estes produtores.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CNA), o PAA, criado em 2003, é uma política pública focada na articulação entre produção, comercialização e consumo. Este programa tem como objetivo garantir um canal de comercialização para os agricultores familiares.

O canal de distribuição é o caminho que um produto percorre desde sua fabricação até o consumidor final. Nesse processo, o produto pode passar por vários agentes chamados de intermediários. Lourenzani (2003, apud PIMENTA; VILAS BOAS, 2007) destaca que existem dois tipos de agentes nesse processo: os agentes primários, que adquirem mercadorias e gerenciam seus estoques, em geral atacadistas e varejistas e os facilitadores, que prestam serviços ao canal, contudo, não administram estoques nem assumem riscos sobre vendas ou perdas. No caso da associação do Pontal dos Buritis, a CONAB através do PAA, se configura como esse intermediário primário; porém, não com fins lucrativos para a instituição, mas com um fim social.

O diferencial do PAA são os preços de referência para a agricultura familiar e a aquisição de produtos sem a necessidade de licitação, ou seja, o produtor familiar tem um subsídio para tornar-se autossuficiente e continuar na atividade. Hoje, podem participar do PAA como fornecedores, os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, assentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas, entre outros. Um requisito estabelecido para esses agricultores é que

estejam organizados em associações e cooperativas. Como consumidores, podem participar instituições governamentais e não governamentais, que atendam populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, tais como casas de apoio e instituições filantrópicas.

Já o PNAE, idealizado pelo Ministério da Educação, tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante o período em que eles se encontrem na escola. Este programa foi implantado em 1955 e, desde então, vem contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e melhoria no rendimento escolar dos estudantes, bem como para promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Atualmente, Lei no 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% dos recursos passados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à alimentação escolar devem ser provenientes da compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando prioridade aos assentamentos de reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e às comunidades quilombolas (BRASIL, 2012b).

5 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

As técnicas de produção utilizadas pelos agricultores familiares ainda são, em sua maioria, rústicas, seja por costume ou por dificuldade de acesso às tecnologias. As melhorias tecnológicas estão intimamente ligadas ao acesso a créditos e a programas dos governos federais ou municipais; porém, investimentos em tecnologias, como assistência técnica, não são priorizados por estes produtores, muitas vezes, por falta de conhecimento sobre estas políticas públicas. Desta forma, estes pequenos agricultores ficam em desvantagem com os grandes produtores que possuem tanto acesso e incentivo à assistência técnica quanto às novas tecnologias.

Balem e Silveira (2002) diferenciam agricultor e produtor de alimentos. Para os autores, o que se espera do produtor é um produto segundo padrões definidos pela indústria e pelos consumidores, subordinando-se aos pacotes tecnológicos que têm a função de tornar o processo o mais homogêneo possível. O produtor desvincula-se ao máximo dos processos naturais, dos esquemas culturais locais e regionais e tem uma posição de agente externo ao processo agrícola, ou seja, torna-se um mero manipulador de recursos em práticas recomendadas pelos agentes do sistema agroindustrial, incluindo aqui os profissionais de ciências agrárias.

Já o agricultor é fruto de uma construção social, onde os processos produtivos que ele executa estão relacionados com o seu *habitus* e o seu *modus operandi*; as suas construções estão relacionadas com a sua inserção dinâmica com a natureza e os processos culturais e sociais locais. O agricultor nasce de um processo onde a produção de alimentos para o seu consumo diário é o principal objetivo, onde os cultivos foram sendo aprimorados através de observações sobre a natureza e não através de técnicas padronizadas (BALEM; SILVEIRA, 2002).

Segundo Guimarães (2010), tradicionalmente, a ideia de desenvolvimento relaciona-se à ideia de evolução, à passagem de um estado inicial – simples, primitivo, dependente – a um estado posterior – complexo, evoluído, autônomo. Sob esta ótica, o desenvolvimento está intimamente ligado à noção de progresso, à ideia de modernização, de riqueza, sendo concebido como sinônimo de crescimento econômico. O processo de modernização – e o avanço tecnológico intrínseco a ele é visto como seu vetor fundamental, possibilitando o “domínio da natureza”, o acúmulo de bens materiais e, por conseguinte, o bem-estar social.

Apesar de todas as dificuldades que estes agricultores têm enfrentando ao longo do processo de competitividade agrícola, ao analisar dados do último censo agropecuário (1996 a 2006), Buainain (2012) destaca que em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados) a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13,04 milhões de pessoas, ou seja, 78,75% do total da mão de obra no campo. O autor menciona ainda que a importância econômica e social que já havia sido revelada ganhou mais espaço.

O censo de 2006, como já mencionado, apresenta um aumento no número de estabelecimentos familiares, bem como no número de participantes e na área ocupada por estes estabelecimentos (IBGE, 2006). Estes dados revelam que a participação no valor da produção teve um ligeiro decréscimo, passando de 37,91% em 1996 para 36,61% em 2006. Contudo, a manutenção da participação da agricultura familiar na produção agropecuária, em uma década de forte expansão do setor, confirma a importância econômica deste segmento que, além de produzir alimentos, conseguiu crescer a quase o mesmo ritmo que as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias do campo brasileiro. Deste modo, desfaz-se a velha ideia de que agricultura familiar é um atraso em termos de produção/produktividade. Mesmo com pouco acesso a tecnologias de ponta, estes produtores têm conseguido resultados bastante satisfatórios e competitivos.

6 TRILHANDO O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Historicamente, o agronegócio brasileiro é um grande produtor de matéria prima, com uma produção de escala; porém, com muito pouco valor agregado. Os processos de transformação, processamento ou beneficiamento da matéria prima, com o intuito de melhorar a remuneração dos fatores de produção e, assim, conseguir uma maior renda a partir da diversificação dos derivados de uma determinada mercadoria, são timidamente praticados. Araújo (2008, p. 122) explica que

a agregação de valor é a elevação de preços de um produto em decorrência de alguma alteração em sua forma ou sua apresentação, tanto do produto *in natura* como agroindustrializado, dentro de cada nível da produção; da agroindustrialização e da comercialização.

Um exemplo de agregação de valor identificado no assentamento Pontal dos Buritis no município de Rio Verde é a produção de doce de leite e queijo, que mediante uma agroindustrialização verticalizada, transforma o leite em doce e queijo para ser comercializado no PAA. A CONAB, por sua vez, compra essa produção dos agricultores familiares e doa para instituições filantrópicas do município. Outro programa muito importante na garantia de comercialização da produção desses produtores é o PNAE. A produção de queijo, hortifrúti, dentre outros produtos produzidos nessa associação, é comercializada para a merenda escolar do município, tanto de escolas municipais quanto estaduais.

Este é um canal de comercialização garantido que a associação do Pontal dos Buritis tem explorado a fim de obter uma receita positiva para os produtores associados. Com isso, verifica-se o crescimento e desenvolvimento do assentamento que hoje tem chamado a atenção de várias entidades envolvidas com pesquisas agrárias e trabalhos de assistência técnica e extensão rural (ATER) como, por exemplo, o Instituto Federal Goiano e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que tem levado e aplicado novas tecnologias na associação.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm proporcionado desenvolvimento econômico e social para as famílias assentadas no Pontal dos Buritis. É importante destacar o potencial que ainda pode ser explorado em relação ao PNAE que em 4 de julho de 2012 estendeu seu limite de venda de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00 por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) por ano, o que pode fortalecer esses canais de comercialização com os agricultores familiares de maneira geral. A diversificação da produção valoriza o espaço das pequenas propriedades rurais e ajuda na maximização do

lucro, já que pode utilizar a mão-de-obra, quase em sua totalidade, de pessoas que integram a família.

Segundo o presidente da associação, seus associados estão satisfeitos com a maneira que estão trabalhando, justamente pelo fato de diversificarem os meios de produção. Ele ainda diz que é de grande importância a implantação de uma agroindústria na associação de forma a agregar valor à produção dentro da propriedade, além de manter a família reunida, trabalhando junto. Para este agricultor, agricultura familiar não é sinônimo de atraso, abandono de tecnologias e adversário da soja e do milho. Ele afirma que as principais rendas da associação são esses cultivos, mas o que não pode ser feito é ficar somente com esses plantios.

As propriedades das 112 (cento e doze) famílias que compõem esta associação possuem em média 30 (trinta) hectares de terra. A produtividade conseguida por esses agricultores é considerável, chegando a 310 sacas de soja por hectare, o que é um bom rendimento para quem não faz grandes investimentos. Isto se torna rentável, pois a soja convencional agrega mais valor a essa produção.

Sato et al. (2008), em um estudo realizado sobre os canais de distribuição de hortaliças na região do Alto Cabeceira do Tietê em São Paulo, identificaram que o produtor tem uma melhor remuneração atendendo o mercado local. Deste modo, há uma diversificação na atividade produtiva que, segundo Pelinski et al. (2006), tem como fundamento a redução de riscos e incertezas na produção agropecuária. Assim procede a associação em estudo, onde o excedente da produção, que não segue o canal das políticas públicas, é comercializado nas feiras livres e supermercados da cidade.

Fantin (2007) advoga que deve haver uma atenção especial das políticas do Estado e do próprio agricultor rural para com a diversificação de sua propriedade e cada vez mais compreender o funcionamento dos mercados tradicionais para descobrir os nichos de mercado capazes de absorver os seus produtos. A diversificação rural dá ao agricultor um grande benefício, tornando-o menos vulnerável às intempéries climáticas como também às oscilações dos mercados de produtos.

O exemplo dessa associação demonstra que a diversificação traz bons resultados. Com isso, o pequeno produtor não fica exposto ao perigo do mercado externo. A produção de alimentos com qualidade e sem grandes investimentos possibilita a manutenção das tradições, além de contribuir para o mercado regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é a principal fornecedora da alimentação que chega às mesas de nossos lares. Devemos tratar estes trabalhadores como nossos principais colaboradores, pois são eles que produzem os alimentos de nosso dia a dia. Estes homens apaixonados pela Terra não imaginam a importância que eles têm nos lares dos brasileiros.

Apesar de passarem por muitas dificuldades, muitas incertezas, encaram cada dia com uma esperança renovada. É verdade que muitos ficam desestimulados com a falta de um maior apoio do governo. Apesar de ter havido algumas melhorias com relação ao acesso a assistência médica, a educação, energia elétrica, contribuindo para que sua função social seja cada vez melhor designada, ainda é grande o número de jovens, filhos destes “experientes” pequenos produtores, que abandonam suas propriedades rurais a fim de buscar uma vida “melhor” nas cidades, contribuindo para dois problemas, a evasão rural e o crescimento urbano desordenado.

A agricultura Familiar no Brasil serve não só para alimentar os brasileiros, mas também como uma fonte riquíssima da cultura brasileira, preservando tradições tanto nas festas religiosas como na confecção de alimentos artesanais, como o doce de leite, farinha de mandioca, pé de moleque, entre outros. O incentivo público a estes produtores é necessário e fundamental para que se fortaleçam cada vez mais e como incentivo para as futuras gerações continuarem este trabalho de extrema importância.

Constata-se, assim, a importância do pequeno agricultor para a produção de alimentos e para a sua efetivação no mercado. Os incentivos governamentais para que não abandonem suas propriedades e continuem desempenhando seu papel são primordiais para que não sigam os caminhos rumo à monocultura e fiquem à mercê do mercado. Destacam-se as políticas públicas do PNAE e PAA que têm permitido aos agricultores familiares comercializarem os seus produtos a preços mais justos, apresentando alternativas de comercialização, além de abastecer o mercado institucional de alimentos. Isto possibilitou a promoção e valorização dos agricultores familiares que, antes eram excluídos do processo de comercialização imposto pelo modelo produtivista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. Universidade de Brasília, FAV/UnB, 2007.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BALEM, T.; SILVEIRA, P.R. da. **Agroecologia**: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários- IESA, Flonianoópolis, SBSP/EPAGRI, 2002.

BIANCHINI, Valter. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Brasília: SAF/MDA, 2006.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO Alberto Di. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 a 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.50, n.2, abr./jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas//alimentacaoescolar>>. Acesso em: 03 jun. 2012a.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 03 de jun. 2012b.

CONAB, COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **PAA – Evolução das operações**. In: Agricultura e Abastecimento Alimentar: políticas públicas e mercado agrícola.– Brasília: 548p.: il. CONAB, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário, 2006.

FANTIN, Giovani Marcos. **A importância da diversificação rural na agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/political-science/983956-importancia-da-diverdifica%C3%A7%C3%A3o-rural-na/>>

GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar. **Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade**: um estudo de caso em Rio Verde-GO. 2010. 173 p. Tese de doutorado em Ciências Ambientais. Goiânia, Universidade Federal de Goiás. 2010.

PELINSKI, A.; AHRENS, D.C.; MILLÉO, R.D.S; ZEMKE, E.W.; BENASSI, D.A.; RICHTER, A.S. **A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica**. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 4. Anais ... Belo Horizonte, 2006.

PERES, Fernando Curi. O empresário rural e suas competências. **Programa Empreendedor Rural**. Curitiba. 2009. v.1.

PIMENTA, M. L; VILAS BOAS, L. H. B. **Características de canais de distribuição de hortaliças**: análise de algumas opções de distribuição sob o foco do produtor. 14 f. Artigo relato de caso – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XXI. Estudos Avançados, v. 21, n.59, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a03v2159.pdf>>.

SATO, Geni Satiko *et al.* Uma abordagem sobre a comercialização de hortaliças produzidas na região do Alto Tietê. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.1, jan. 2008.

SOUZA FILHO, H.M. et al. **Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos**. In: CONGRESSO DA SOBER, 42., 2004, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-20.